Anexo I – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

1.1. Neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS**, salvo se do contexto resultar claramente sentido diferente, as expressões grafadas em letra maiúscula e negritadas terão o seu significado explicitado a seguir, sem prejuízo de outros inseridos na legislação em vigor.

1.1.1.ADJUDICATÁRIA: a empresa ou o **CONSÓRCIO** de empresas declarada vencedora da **LICITAÇÃO**, pela **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, em razão de ter apresentado o **MENOR VALOR DA TARIFA** e atendidas às demais exigências do **EDITAL**, a quem for adjudicado o objeto do certame;

1.1.2.ANEXOS: cada um dos documentos anexos a este **CONTRATO**;

1.1.3.AUTORIDADE DE TRÂNSITO: dirigente máximo do órgão ou pessoa por ele expressamente designada e **AGENTE DELEGADO DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO:** é o agente público designado pela **AUTORIDADE DE TRÂNSITO** para o exercício das atividades de fiscalização e operação de trânsito, com atribuições para realizar a apreensão e/ou remoção do veículo, nos termos da legislação pertinente;

1.1.4.CADERNO DE ENCARGOS: caderno que abrange todas as diretrizes, condições, metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias e especificações mínimas que determinam as obrigações da **CONCESSIONÁRIA** no âmbito da **CONCESSÃO**;

1.1.5.CAPITAL MÍNIMO INTEGRALIZADO: valor mínimo do **CAPITAL SUBSCRITO** da **CONCESSIONÁRIA** a ser integralizado por seus acionistas, nas condições previstas neste **CONTRATO** e no **COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL** da **CONCESSIONÁRIA**;

1.1.6. CAPITAL SUBSCRITO: capital social subscrito da **CONCESSIONÁRIA**, na data de assinatura do **CONTRATO**, equivalente a R\$ [●] ([●] Reais), [R\$ XX.XXX.XXX,XX (□)];

1.1.7.CENTRAL DE OPERAÇÃO DE PÁTIOS OU CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO: unidade administrativa de gestão onde deverão ser alocados os principais serviços relativos a operacionalização, logística, controle e gerência dos **PÁTIOS VEICULARES**, suportada por **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, observado o disposto no **CADERNO DE ENCARGOS**;

1.1.8.COLIGADA: qualquer pessoa ou fundo submetido à influência significativa de outra pessoa ou fundo. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais de capital votante da investida, sem controlá-la;

1.1.9.COMPLIANCE: conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da **CONCESSIONÁRIA**, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer;

1.1.10. COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL: compromisso assumido pela **CONCESSIONÁRIA** de que integralizará o seu capital social, nos termos deste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**;

1.1.11. CONCESSÃO: contrato administrativo por força do qual serão delegados, à **CONCESSIONÁRIA**, os serviços públicos para implantação, operação, manutenção e gestão dos serviços de remoção, guarda e realização de hasta pública de veículos automotores, removidos em razão de infrações previstas na lei no 9.503/1997, sob a circunscrição do departamento estadual de trânsito de Mato Grosso – DETRAN-MT, no âmbito do **ESTADO DE MATO GROSSO**, nos termos deste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, bem como da legislação pertinente;

1.1.12. CONCESSIONÁRIA: SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

constituída pela **ADJUDICATÁRIA** da **LICITAÇÃO**, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, sob a forma de sociedade anônima, com a finalidade específica de prestar dos serviços públicos objeto deste **CONTRATO**;

1.1.13. CONCORRÊNCIA Nº 0X/202X-DETRAN/MT: procedimento licitatório realizado previamente a celebração deste **CONTRATO**;

1.1.14. CONTRATO Nº [•]/202X-DETRAN/MT: este Instrumento, a ser celebrado entre o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA**, estabelecendo as Cláusulas e os termos que regerão a **CONCESSÃO** dos **PÁTIOS VEICULARES INTEGRADOS**;

1.1.15. CONTROLADA: qualquer pessoa ou Fundo de Investimento cujo **CONTROLE** é exercido por outra pessoa ou Fundo de Investimento;

1.1.16. CONTROLADORA: qualquer pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar que exerça **CONTROLE** sobre outra pessoa ou Fundo de Investimento;

1.1.17. CONTROLE: o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente **(i)** exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou **(ii)** efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, Fundo de Investimento ou Entidade de Previdência Complementar;

1.1.18. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO ou DETRAN/MT: autarquia estadual, que celebrará o **CONTRATO** com a **CONCESSIONÁRIA**;

1.1.19. DOE/MT.: órgão da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso;

1.1.20. EDITAL: é o EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 0X/202X-DETRAN/MT e todos os seus **ANEXOS**;

1.1.21. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: situação em que se verifica o cumprimento das condições deste **CONTRATO** e a manutenção da Alocação de Riscos nele estabelecida;

1.1.22. ETAPA PRELIMINAR: período estabelecido neste **CONTRATO** para o cumprimento de condicionantes pelo **PODER CONCEDENTE** e pela **CONCESSIONÁRIA**;

1.1.23. FASE 1: responde, aproximadamente, por 50% (cinquenta por cento) das apreensões e/ou remoções do **AGENTE DELEGADO DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, conforme percentual calculado a partir da demanda estimada, devendo ser implantada nos Municípios localizados no item **21** do **CADERNO DE ENCARGOS**, no prazo de até 06 (seis) meses, contado do primeiro dia útil imediatamente posterior a emissão, pelo **PODER CONCEDENTE**, do “**Termo de anuência do PLANO DE IMPLANTAÇÃO**”;

1.1.24. FASE 2: responde, aproximadamente, por 32% (trinta e dois por cento) das apreensões e/ou remoções do **AGENTE DELEGADO DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, conforme percentual calculado a partir da demanda estimada, devendo ser implantada nos Municípios localizados no item **21** do **CADERNO DE ENCARGOS**, no prazo de até 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil imediatamente posterior a emissão, pelo **PODER CONCEDENTE**, do “**Termo de anuência do PLANO DE IMPLANTAÇÃO**”;

1.1.25. FASE 3: responde, aproximadamente, por 18% (dezoito por cento) das apreensões e/ou remoções do **AGENTE DELEGADO DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, conforme percentual calculado a partir da demanda estimada, devendo ser implantada nos Municípios localizados no item **21** do **CADERNO DE ENCARGOS**, no prazo de até 18 (dezoito) meses contados do primeiro dia útil imediatamente posterior a emissão, pelo **PODER CONCEDENTE**, do “**Termo de anuência do PLANO DE IMPLANTAÇÃO**”;

1.1.26. FATOR DE DESEMPENHO: nota final consolidada, a ser atribuída à **CONCESSIONÁRIA**, em relação aos serviços prestados no âmbito da **CONCESSÃO**, de acordo com o **SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO** estabelecido no **CADERNO DE ENCARGOS**;

1.1.27. FINANCIADORES: bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exploração, agentes fiduciários, administradores de Fundos ou outras entidades que concedam financiamento à **CONCESSIONÁRIA** ou representem as partes credoras nesse financiamento;

1.1.28. FLUXO DE CAIXA MARGINAL: forma utilizada para calcular o impacto no **EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** deste **CONTRATO**;

1.1.29. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: garantia a ser prestada e mantida pela **CONCESSIONÁRIA**, durante todo o **PRAZO DA CONCESSÃO**, destinada a garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONCESSIONÁRIA**, em favor do **PODER CONCEDENTE**, nos termos da Cláusula **44** deste **CONTRATO**;

1.1.30. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

1.1.31. IGP-M: Índice Geral de Preços do Mercado;

1.1.32. INDICADORES DE DESEMPENHO E NÍVEL DE SERVIÇO: indicadores e subindicadores que têm como objetivo medir o desempenho e performance da **CONCESSIONÁRIA**, com pesos distintos, e que compõem o **SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO**, conforme estabelecido no **CADERNO DE ENCARGOS**;

1.1.33. INPC: Índice Nacional de Preços do Consumidor;

1.1.34. IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo **IBGE**;

1.1.35. LOCAL DE REMOÇÃO: local onde o **AGENTE DELEGADO DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO** determinará a retirada e o deslocamento do veículo apreendido e/ou removido e onde a **CONCESSIONÁRIA** prestará os Serviços de Remoção, bem como as demais providências preliminares, nos termos do **CADERNO DE ENCARGOS**;

1.1.36. OUTORGA: valor percentual proposto pela adjudicatária, no percentual mínimo de 5% (cinco por cento) sobre a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA MENSAL** da **CONCESSIONÁRIA**, a ser pago, mensalmente, ao **PODER CONCEDENTE**, no prazo de 30 (trinta) dias após a apuração, nos termos deste **CONTRATO**;

1.1.37. PARTES: significam as partes signatárias deste **CONTRATO**;

1.1.38. PÁTIO: uma unidade dos **PÁTIOS VEICULARES**;

1.1.39. PÁTIOS FIXOS: pátios veiculares que deverão ser implantados pela **CONCESSIONÁRIA**, nos Municípios previamente identificados pelo **PODER CONCEDENTE**, conforme estabelecido no item **21** do **CADERNO DE ENCARGOS**, para atender a demanda de serviços objeto da **CONCESSÃO**;

1.1.40. PÁTIOS TEMPORÁRIOS: pátios que poderão ser utilizados pela **CONCESSIONÁRIA** nos Municípios onde não exista **PÁTIO FIXO** implantado, conforme estabelecido no **CADERNO DE ENCARGOS**;

1.1.41. PÁTIOS VEICULARES: compreende todos os **PÁTIOS FIXOS** e **PÁTIOS TEMPORÁRIOS**, para a prestação dos serviços, pela **CONCESSIONÁRIA**, no âmbito da **CONCESSÃO**;

1.1.42. PLANO DE IMPLANTAÇÃO: documento a ser elaborado pela **CONCESSIONÁRIA**, na **ETAPA PRELIMINAR**, contendo as informações mínimas do **CADERNO DE ENCARGOS**, descrevendo, detalhadamente, como a **CONCESSIONÁRIA** prestará os serviços objeto da **CONCESSÃO** notempo;

1.1.43. PLANO DE NEGÓCIO: plano elaborado pela **CONCESSIONÁRIA**, com o intuito de demonstrar a viabilidade de sua **PROPOSTA ECONÔMICA**, segundo as premissas do **EDITAL** e que integrará este **CONTRATO**, como **ANEXO**;

1.1.44. PLATAFORMA TECNOLÓGICA: é o *software* de gestão e transparência de toda a operação, a ser fornecido pela **CONCESSIONÁRIA**, e integrado aos sistemas do **DETRAN/MT**, conforme requisitos estabelecidos no **CADERNO DE ENCARGOS**;

1.1.45. PODER CONCEDENTE: é o **DETRAN/MT**;

1.1.46. PRAZO DA CONCESSÃO: prazo de vigência da **CONCESSÃO**, correspondente a 20 (vinte) anos, prorrogáveis por igual período, contado da data de publicação do extrato deste **CONTRATO**;

1.1.47. PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO OPERACIONAL: programa a ser elaborado pelas **PARTES**, no prazo de até 36 (trinta e seis) meses da datado término de vigência contratual, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da prestação dos serviços de operação, manutenção e gestão dos **PÁTIOS VEICULARES** pelo **PODER CONCEDENTE** ou por terceiro autorizado;

1.1.48. PROGRAMA DE INTEGRIDADE: conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira;

1.1.49. PROPOSTA ECONÔMICA: oferta elaborada pela **ADJUDICATÁRIA**, consubstanciada na maior oferta de valor de **OUTORGA**;

1.1.50. RECEITA OPERACIONAL BRUTA MENSAL: somatória de toda a receita bruta efetivamente auferida pela **CONCESSIONÁRIA** durante o período de 1 (um) mês do ano civil, incluído, mas não se limitando, aos valores recebidos com as **TARIFAS DE REMOÇÃO, TARIFAS DE GUARDA, RENDA DO SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO**, sem o desconto de qualquer verba, valor ou despesa, inclusive tributos devidos pela **CONCESSIONÁRIA**, excluídas as **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**.

1.1.51. RECEITA OPERACIONAL BRUTA: somatória de toda a receita bruta efetivamente auferida pela **CONCESSIONÁRIA**, incluído, mas não se limitando, aos valores recebidos com as **TARIFAS DE REMOÇÃO, TARIFAS DE GUARDA, RENDA DO SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO**, sem o desconto de qualquer verba, valor ou despesa, inclusive tributos devidos pela **CONCESSIONÁRIA**, excluídas as **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**.

1.1.52. RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS: quaisquer receitas complementares, acessórias ou alternativas

obtidas pela **CONCESSIONÁRIA** no âmbito da **CONCESSÃO** dos **PÁTIOS VEICULARES**, bem como projetos associados, nos termos deste **CONTRATO**;

1.1.53. TARIFA DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO: valor incidente por veículo efetivamente alienado, para produção de todos os atos necessários à realização do Leilão, neles incluídos, mas não se limitando, as notificações e intimações, o transporte de veículos, o registro fotográfico, avaliação dos bens, a organização de visitas dos interessados, conforme especificado no **CADERNO DE ENCARGOS**;

1.1.54. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA: revisão deste **CONTRATO**, a pedido da **CONCESSIONÁRIA** ou por ato de ofício do **PODER CONCEDENTE**, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciarem o cumprimento contratual e recompor o seu **EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**, em que não seja possível tratar a questão em sede de **REVISÃO ORDINÁRIA**;

1.1.55. REVISÃO ORDINÁRIA: revisão deste **CONTRATO**, realizada a cada 05 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura deste Instrumento, com a finalidade de adaptar o **SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO**, demanda, investimentos e quaisquer condições da **CONCESSÃO** às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu **EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**;

1.1.56. SERVIÇO ADEQUADO: é o serviço que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, aos padrões e procedimentos estabelecidos neste **CONTRATO**, àqueles determinados pelo **PODER CONCEDENTE** e nos termos da legislação e regulamentação pertinentes;

1.1.57. SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO: conjunto de **INDICADORES DE DESEMPENHO E NÍVEL DE SERVIÇO** que traduzam a adequada prestação dos serviços ao **USUÁRIO** e ao **PODER CONCEDENTE**, satisfazendo as condições de **SERVIÇO ADEQUADO**;

1.1.58. SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ou **SPE:** sociedade anônima constituída pela **CONCESSIONÁRIA**, com a finalidade exclusiva de explorar o objeto da **CONCESSÃO**;

1.1.59. TARIFA DE GUARDA: valor a ser cobrada, do **USUÁRIO**, pelo valor da diária multiplicada pelo número de dias que o veículo permanecer no **PÁTIO**;

1.1.60. TARIFA DE REMOÇÃO: valor a ser cobrado, uma única vez, do **USUÁRIO**, compreendendo os Serviços de Remoção e Vistoria do veículo removido e/ou apreendido aos **PÁTIOS VEICULARES**;

1.1.61. TARIFA DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO: valor a ser cobrado, uma única vez, do **USUÁRIO**, compreendendo os Serviços de todos os atos necessários à realização do Leilão, neles incluídos, mas não se limitando, as notificações e intimações, o transporte de veículos, o registro fotográfico, avaliação dos bens, a organização de visitas dos interessados.

1.1.62. TARIFAS: é a **TARIFA DE REMOÇÃO**, **TARIFA DE GUARDA**, e a **TARIFA DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO** conjuntamente;

1.1.63. TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO ou **TRV:** termo a ser preenchido, pela **CONCESSIONÁRIA**, no momento da Remoção do veículo, e que deverá ser assinado: (i) pelo **AGENTE DELEGADO DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO** responsável pela remoção ou apreensão; (ii) pela **CONCESSIONÁRIA**; e, (iii) pelo proprietário ou condutor do veículo, quando possível;

1.1.64. USUÁRIO: do proprietário e/ou condutor que tiver o seu veículo removido aos **PÁTIOS VEICULARES;**

1.1.65. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: valor de R\$ 166.391.417,54 (cento e sessenta e seis milhões trezentos e noventa e um mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes à somatória da estimativa das **RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS** percebidas durante o **PRAZO DA CONCESSÃO**, trazidas a valor presente pela Taxa Mínima de Atratividade medida pelo WACC de 9,52% ao ano;

1.1.66. VEÍCULO LEVE TIPO A: ciclomotores, motonetas, motocicletas, triciclos e quadriciclos;

1.1.67. VEÍCULO LEVE TIPO B: automóveis, utilitários, caminhonetes e caminhonetas; e

1.1.68. VEÍCULO PESADO: ônibus, micro-ônibus, caminhões, caminhões- tratores, tratores de rodas, tratores mistos, chassis-plataformas, motores- casas, reboques ou semirreboques e suas combinações.

1.2. As siglas, termos e expressões listados no singular incluem o plural e vice-versa.